

Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as Práticas Contábeis
adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições
autorizadas a funcionar pelo Bacen

31 de março de 2024



Relatório do Auditor Independente.....	1
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.....	4
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	5
Relatório da Administração.....	6
Balço Patrimonial.....	11
Demonstração do Resultado.....	12
Demonstração do Resultado Abrangente.....	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	15
Demonstração do Valor Adicionado.....	16

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	17
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.....	17
3. Principais Práticas Contábeis.....	17
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	21
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	22
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	26
8. Outros Ativos Financeiros.....	28
9. Ativos Fiscais.....	28
10. Investimentos.....	29
11. Outros Ativos.....	30
12. Imobilizado de Uso.....	30
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	31
14. Dívida Subordinada.....	31
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	32
16. Outros Passivos.....	32
17. Patrimônio Líquido.....	33
18. Demonstração de Resultado.....	34
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	36
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	36
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	37
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	37
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	37
24. Operações Ativas Vinculadas.....	40
25. Outras Informações.....	40
26. Eventos Subsequentes.....	41

Banco Pine S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2024
e relatório de revisão



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Pine S.A. ("Banco"), em 31 de março de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2024, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Banco Pine S.A.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao período findo em 31 de março de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas') e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Guilherme Vieira Neves
Odílardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao período findo em 31 de março de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas') e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a conclusão expressa no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

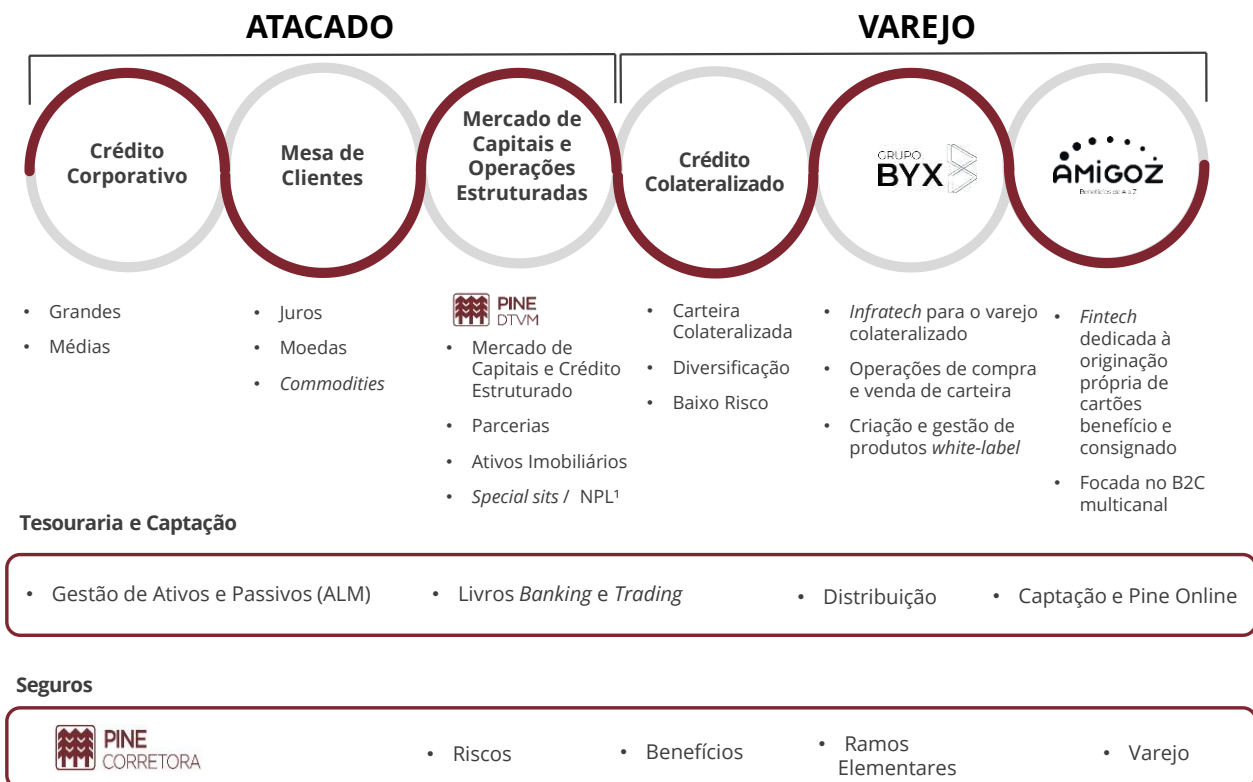
Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Guilherme Vieira Neves
Odílardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao primeiro trimestre de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.



¹ - Non Performing Loans - Créditos Inadimplentes

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica apresentou moderado crescimento nos primeiros meses de 2024. O indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 2,9% no primeiro bimestre, sendo favorecido pelo recuo da taxa de juros real e pelo pagamento de precatórios no final do ano anterior.

De acordo com o IBGE, a produção industrial registrou crescimento de 4,3% no primeiro bimestre em comparação ao mesmo período de 2023, enquanto o setor de serviços e o comércio varejista ampliaram apresentaram crescimento de 3,3% e 8,2%, respectivamente.

Apesar de o esperado recuo da agropecuária no ano, a dinâmica do setor segue importante para a atividade econômica. A estimativa de março do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgada pelo IBGE, apontou 298,3 milhões de toneladas para a safra de grãos, cereais e leguminosas de 2024 – que representa recuo de -5,4% em relação a 2023. A queda é devida em grande parte aos efeitos dos eventos climáticos que aconteceram no ano passado, como o excesso de chuvas na região Sul e a falta delas no Centro-Oeste.

A atividade econômica mais aquecida tem favorecido a arrecadação de tributos. A arrecadação federal no primeiro trimestre somou R\$ 657,8 bilhões, de acordo com a Receita Federal. A alta real foi de 8,36% em relação ao mesmo período de 2023. O melhor desempenho arrecadatório do trimestre é explicado pela maior demanda nos setores do comércio e de serviços via contribuição do PIS/Pasep e a Cofins, que juntos totalizaram R\$ 124,5 bilhões representando

crescimento real de 18,54%. Além disso, o IRRF de Rendimentos de Capital também contribuiu para a arrecadação, com alta real de 40,44% decorrente da tributação de fundos de investimento (Lei 14.754/23).

A inflação IPCA registrou alta de 1,42% no primeiro trimestre do ano e acumula 3,93% nos últimos doze meses, permanecendo dentro do limite superior da meta (3% com tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo). O conjunto de preços livres, que é mais impactado pelo ciclo econômico, registrou alta acumulada de 1,44% no primeiro trimestre e de 3,10% nos últimos doze meses, enquanto o conjunto de preços administrados registrou 1,33% no ano até março e 6,39% nos últimos doze meses. No mesmo período, a inflação de serviços continuou pressionada.

A taxa básica de juros Selic encerrou o primeiro trimestre em 10,75% a.a., decidida na reunião do dia 20 de março de 2024. O Banco Central reafirmou o compromisso com a meta de inflação e com a continuidade do processo de queda da taxa de juros ao longo do ano.

Mesmo diante do ciclo de afrouxamento monetário, o custo de crédito continuou relativamente alto no início de 2024. No ano até fevereiro, o estoque total das operações de crédito bancário atingiu R\$5,80 trilhões, avançando 8,0% em relação ao saldo de fevereiro de 2023 (nominal). A carteira de recursos livres avançou 5,3%, com o crédito às empresas acelerando para 1,2%, ante 0,3% em janeiro. As operações de crédito livre para pessoas físicas também aceleraram, com alta interanual de 8,5% ante 8,2% em janeiro. Já entre os recursos direcionados a alta foi de 11,8% na comparação anual, apresentando tendência de desaceleração nos últimos meses.

Ainda com relação ao crédito bancário, a média da taxa de juros para o segmento de recursos livres recuou para 52,5% para pessoas físicas e para 21,4% para pessoas jurídicas. A taxa média de inadimplência para pessoa jurídica ficou em 3,3% (aumento de 1,0 p.p. em relação a fevereiro de 2023), enquanto para as pessoas físicas ficou em 5,5% (diminuição de 0,6 p.p. em relação a fevereiro de 2023). A média do spread bancário alcançou 41,9 p.p. para as pessoas físicas, enquanto para as empresas ficou em 11,2 p.p. em fevereiro.

Em relação ao setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$19,1 bilhões no ano até março. O resultado representa alta de 22,2% em relação ao mesmo período de 2023. Na abertura, houve avanço de 3,2% das exportações e recuo de 1,8% das importações, na mesma base de comparação. O fluxo cambial foi positivo em US\$4,8 bilhões entre janeiro e março, com o segmento comercial registrando entrada líquida de US\$14,6 bilhões e o segmento financeiro com fluxo negativo de US\$9,9 bilhões.

No âmbito internacional, as incertezas globais aumentaram ao longo do primeiro trimestre. Nos EUA, a política monetária permaneceu com o desafio de reduzir a taxa de inflação em um contexto de atividade muito aquecida. O mercado de trabalho não mostrou sinais de desaceleração e, até março, o setor de serviços indicava dinâmica robusta. Com isso, o dólar norte americano valorizou 3,1% no primeiro trimestre com relação à cesta de moedas (DXY).

No Brasil, o ambiente externo mais adverso somado às incertezas fiscais interromperam a dinâmica positiva do Real, que apresentou desvalorização no período. No final de março, o Real estava cotado a BRL5,0141/USD depreciando 3,23% no ano.

Para os próximos trimestres, a perspectiva é de crescimento do PIB próximo da taxa potencial da economia – estimada entre 2% e 2,5% – com dinâmicas diferentes para demanda e oferta. O impacto do recuo da taxa de juros real e a dinâmica positiva do mercado de trabalho favorecem a demanda, principalmente o consumo das famílias. Ao mesmo tempo, esperamos inflação IPCA dentro do intervalo da meta definida pelo CMN.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R\$ milhões)	1T23	1T24	Varição
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	92,4	147,7	59,9%
Receita de prestação de serviços e tarifas	10,2	12,1	3,6%
Despesas administrativas e de pessoal	(58,5)	(73,3)	25,1%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	58,7	106,1	80,8%
Lucro líquido contábil	30,6	63,0	105,9%

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 1T24 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R\$ milhões)	1T23	1T24	Varição
Margem financeira Líquida	88,8	148,1	66,7%
Receita de prestação de serviços e tarifas	10,2	12,1	3,6%
Despesas administrativas e de pessoal	(48,1)	(53,7)	11,7%
Resultado operacional	58,7	106,1	80,8%
Lucro líquido	30,6	63,0	105,9%

O 1T24 foi marcado pela continua diversificação dos nossos negócios e por uma melhora substancial em nossa rentabilidade. Atingimos lucro trimestral recorde, alocamos o nosso capital de forma ainda mais eficiente e expandimos as nossas receitas e carteiras de crédito e *funding*. Estamos construindo negócios escaláveis e resilientes, gerando resultados sustentáveis e atendendo os nossos clientes em diferentes ciclos.

- A Margem Financeira Líquida somou R\$ 148 milhões no 1T24, aumento de 66,7% em relação ao 1T23. Esse aumento reflete: (i) o aumento do saldo médio das carteiras de crédito com manutenção dos spreads; (ii) o resultado consistente da mesa de clientes; e; (iii) a maior eficiência na gestão de ALM.
 - Receitas de serviços e tarifas totalizaram R\$ 12,1 no 1T24, apresentando um aumento de 3,6% no ano, devido, principalmente, à maior receita de comissões e tarifas.
 - As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 53,7 milhões no 1T24, um crescimento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicado, principalmente: (i) pelas maiores despesas de pessoal devido ao crescimento do quadro de colaboradores para suportar o crescimento dos nossos negócios e; (ii) pelo investimento em processos e tecnologia.
 - **O lucro líquido totalizou R\$ 63,0 milhões no 1T24, um crescimento de 105,9% quando comparado aos R\$ 30,6 milhões do 1T23.**
- › A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 11,7 bilhões no período, um crescimento de 61% em relação a março de 2023, devido, principalmente à continua expansão de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado e ao crescimento da carteira de Grandes Empresas.
- › O crescimento da carteira foi realizado de maneira a manter a qualidade dos créditos, ao final de março de 2024 97,0% da carteira de crédito estava classificada entre os *ratings* AA-C.
- Destaque para a maior diversificação através da consolidação em operações públicas de letras financeiras subordinadas e do maior volume de debêntures financeiras vinculadas a cessões e de instrumentos incentivados. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agência de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

A agência S&P atribuiu o *rating* 'brA-' , com perspectiva estável. A agência destaca que: "O Banco Pine se diferencia de seus pares por conseguir expandir seus negócios continuamente em conjunto com seus lucros, sem apresentar deterioração significativa da qualidade de crédito da carteira ou das métricas de capital regulatórias."

A agência Moody's atribuiu o *rating* 'BBB+' com perspectiva estável. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

4. RECURSOS HUMANOS

O Banco Pine é uma instituição financeira que atua no mercado há mais de 25 anos, destacando-se por financiar e assessorar médias e grandes empresas. Somos focados na eficiência das operações, na agilidade dos negócios e na antecipação de soluções aos nossos clientes.

Um dos pilares do negócio são "Pessoas e Cultura", ativos essenciais para execução da estratégia. Com um time alinhado e experiente, estimulamos o empreendedorismo e diversidade de equipes e ideias. Com uma abordagem "hands on", somos assertivos, identificamos e avaliamos eventuais riscos, pautado no trabalho transparente em equipe, com foco no melhor resultado para os nossos clientes e investidores. Para nós, estabelecer relações com vínculo de longo prazo são primordiais. Exploramos nas equipes inspiração, persistência e aprendizado contínuo.

Diante deste contexto, a área de Pessoas e Cultura é fundamental para apoiar a execução da estratégia do negócio por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

Cada item destacado permeia nossa cultura que, com solidez, vem acompanhando os passos, conquistas e resultados sustentáveis do Banco Pine ao longo de cada trimestre.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Distribuição de Proventos

No dia 8 de abril de 2024 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao primeiro trimestre de 2024 no valor bruto total de R\$16.614.790,16 (dezesseis milhões e seiscentos e quatorze mil e setecentos e noventa reais e dezesseis centavos), que representa um valor bruto de R\$0,08005042888 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 18 de abril de 2024 e considerou a posição acionária do dia 12 de abril de 2024.

Alterações de Capital em 2024

No dia 4 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do quarto período de exercício do bônus de subscrição, ocorrido entre 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023. O aumento de capital foi de R\$44.403.786,00, mediante a emissão de 22.201.893 (vinte e dois milhões e duzentas e uma mil e oitocentas e noventa e três) novas ações nominativas, sendo 7.400.631 (sete milhões e quatrocentas mil e seiscentas e trinta e uma) ordinárias e 14.801.262 (quatorze milhões e oitocentas e uma mil e duzentas e sessenta e duas) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 7.400.631 (sete milhões e quatrocentos mil e seiscentos e trinta e um) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00, dividido em 208.978.044 (duzentos e oito milhões e novecentas e setenta e oito mil e quarenta e quatro) ações nominativas, sendo 105.407.754 (cento e cinco milhões e quatrocentas e sete mil e setecentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 103.570.290

(cento e três milhões e quinhentas e setenta mil e duzentas e noventa) preferenciais, sem valor nominal. Este aumento de capital foi homologado pelo Banco Central no dia 26 de janeiro de 2024.

No dia 2 de abril de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do exercício de parte dos bônus de subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento do capital social do Banco, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, 2 no valor de R\$2.563.782,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e oitenta e dois reais), mediante a emissão de 1.281.891 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e uma) novas ações nominativas, sendo 427.297 (quatrocentas e vinte sete mil e duzentas e noventa e sete) ordinárias e 854.594 (oitocentas e cinquenta e quatro mil e quinhentas e noventa e quatro) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 427.297 (quatrocentos e vinte sete mil e duzentos e noventa e sete) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00 (seis reais), no Quinto período de exercício, passando o capital de R\$896.738.762,25 (oitocentos e noventa e seis milhões e setecentos e trinta e oito mil e setecentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), dividido em 208.978.044 (duzentos e oito milhões e novecentas e setenta e oito mil e quarenta e quatro) ações nominativas, sendo 105.407.754 (cento e cinco milhões e quatrocentas e sete mil e setecentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 103.570.290 (cento e três milhões e quinhentas e setenta mil e duzentas e noventa) preferenciais, sem valor nominal, para R\$899.302.544,25 (oitocentos e noventa e nove milhões e trezentos e dois mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), dividido em 210.259.935 (duzentos e dez milhões e duzentas e cinquenta e nove mil e novecentos e trinta e cinco) ações nominativas, sendo 105.835.051 (cento e cinco milhões e oitocentas e trinta e cinco mil e cinquenta e uma) ordinárias e 104.424.884 (cento e quatro milhões, quatrocentas e vinte e quatro mil e oitocentas e oitenta e quatro) preferenciais, sem valor nominal. Este aumento de capital foi homologado pelo Banco Central no dia 23 de abril de 2024.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 5.270,4 milhões, representando 58,9% do total de títulos e valores mobiliários em 31 de março de 2024.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a março de 2024, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	28.255	39.894	77.021	63.290
Ativos financeiros		22.568.720	19.900.038	21.954.664	19.325.873
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	639.667	580.232	639.667	580.232
Títulos e valores mobiliários	6.a	9.769.726	9.074.424	8.954.463	8.302.607
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.871.861	1.877.228	1.871.861	1.877.228
Operações de crédito	7	8.767.057	6.775.590	8.767.057	6.775.590
Outros ativos financeiros	8	1.520.409	1.592.564	1.721.616	1.790.216
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(184.623)	(184.350)	(190.522)	(191.880)
Ativos fiscais	9.a	838.067	842.086	838.067	842.086
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	790.707	720.676	29.885	23.008
Outros ativos	11	372.102	351.343	833.544	803.414
Imobilizado de uso	12	30.160	30.160	30.160	30.160
Intangível		22.819	21.601	22.819	21.601
(-) Depreciação e amortização		(26.248)	(24.845)	(26.248)	(24.845)
(-) Imobilizado de uso	12	(21.788)	(21.449)	(21.788)	(21.449)
(-) Intangível		(4.460)	(3.396)	(4.460)	(3.396)
Total do ativo		24.439.959	21.696.603	23.569.390	20.892.707
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Passivos financeiros		21.946.242	19.330.750	21.841.613	19.260.024
Depósitos	13.a	11.397.719	9.622.091	11.293.090	9.551.365
Captações no mercado aberto	13.b	4.961.726	4.046.998	4.961.726	4.046.998
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	2.807.558	3.096.406	2.807.558	3.096.406
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	66.622	-	66.622	-
Dívida subordinada	14	517.845	348.173	517.845	348.173
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.179.275	2.199.505	2.179.275	2.199.505
Outros passivos financeiros		15.497	17.577	15.497	17.577
Provisões	15	21.917	22.398	22.587	23.107
Outros passivos	16	1.391.935	1.358.976	625.325	625.097
Total do passivo		23.360.094	20.712.124	22.489.525	19.908.228
Patrimônio líquido	17	1.079.865	984.479	1.079.865	984.479
Capital social		896.738	852.335	896.738	852.335
De domiciliados no país		767.871	723.468	767.871	723.468
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(4.512)	(7.050)	(4.512)	(7.050)
Reservas de capital		5.621	4.127	5.621	4.127
Reservas de Lucros		141.911	141.911	141.911	141.911
(-) Ações em tesouraria		(6.257)	(6.844)	(6.257)	(6.844)
Lucro líquido acumulado		46.364	-	46.364	-
Total do patrimônio líquido	17	1.079.865	984.479	1.079.865	984.479
Total do passivo e patrimônio líquido		24.439.959	21.696.603	23.569.390	20.892.707

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Receitas da intermediação financeira		607.545	539.081	607.545	539.081
Operações de crédito	18.a	316.500	250.654	316.500	250.654
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	227.385	199.712	227.385	199.712
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	25.413	86.630	25.413	86.630
Resultado de operações de câmbio		38.247	2.085	38.247	2.085
Despesas da intermediação financeira		(463.609)	(446.297)	(459.889)	(446.724)
Operações de captação no mercado	18.b	(444.580)	(414.864)	(442.491)	(414.538)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(2.804)	(309)	(2.804)	(309)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(16.225)	(31.124)	(14.594)	(31.877)
Resultado bruto da intermediação financeira		143.936	92.784	147.656	92.357
Receitas (despesas) operacionais		(44.197)	(46.454)	(46.610)	(45.791)
Receitas de prestação de serviços	18.d	4.691	4.398	10.053	7.513
Rendas de tarifas bancárias		2.080	2.703	2.080	2.703
Despesas de pessoal	18.e	(30.274)	(26.450)	(31.169)	(27.096)
Outras despesas administrativas	18.f	(38.829)	(31.184)	(42.081)	(31.446)
Despesas tributárias	18.g	(3.549)	(4.919)	(4.135)	(5.747)
Resultado de participação em controladas	10.a	7.690	(804)	5.536	(565)
Outras receitas operacionais	18.h	18.111	31.393	18.062	31.407
Outras despesas operacionais	18.i	(4.117)	(21.591)	(4.956)	(22.560)
Resultado operacional		99.739	46.330	101.046	46.566
Resultado não operacional	18.j	4.636	10.641	5.064	12.113
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		104.375	56.971	106.110	58.679
Imposto de renda e contribuição social	19	(29.977)	(25.600)	(31.345)	(27.308)
Participações no resultado	22	(11.419)	(784)	(11.786)	(784)
Lucro líquido do período		62.979	30.587	62.979	30.587
Lucro líquido básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações					
Lucro líquido por ação ordinária		0,5975	0,3124	-	-
Lucro líquido por ação preferencial		0,6081	0,3454	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

	Nota	Individual e Consolidado	
		01/01 a	01/01 a
		31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do período		62.979	30.587
Outros ajustes abrangentes	17.f	2.538	885
Ativos financeiros disponíveis para venda		5.822	5.211
Hedges de fluxo de caixa		-	4
Imposto de renda e contribuição social		(2.484)	(4.364)
Outros		(800)	34
Resultado abrangente do período		65.517	31.472

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais - R\$)



	Individual e Consolidado								
	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
				Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2022		851.665	-	1.730	21.403	(5.819)	-	-	868.979
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	17.e	-	-	-	-	-	(4.695)	-	(4.695)
MTM de títulos disponíveis para venda	17.f	-	-	-	-	864	-	-	864
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17.f	-	-	-	-	2	-	-	2
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.f	-	-	-	-	19	-	-	19
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	30.587	30.587
Saldos em 31 de março de 2023		851.665	-	1.730	21.403	(4.934)	(4.695)	30.587	895.756
Saldos em 31 de dezembro de 2023		852.335	4.127	10.774	131.137	(7.050)	(6.844)	-	984.479
Aumento de capital	17.a	44.403	-	-	-	-	-	-	44.403
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	17.e	-	-	-	-	-	(6.736)	-	(6.736)
MTM de títulos disponíveis para venda	17.f	-	-	-	-	3.338	-	-	3.338
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.f	-	-	-	-	(800)	-	-	(800)
Transações com pagamentos baseados em ações	17.b	-	1.494	-	-	-	7.323	-	8.817
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	62.979	62.979
Destinações do lucro:									
Juros sobre o capital próprio	17.d	-	-	-	-	-	-	(16.615)	(16.615)
Saldos em 31 de março de 2024		896.738	5.621	10.774	131.137	(4.512)	(6.257)	46.364	1.079.865

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado		98.189	84.944	98.717	86.690
Lucro líquido do período		62.979	30.587	62.979	30.587
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(10.748)	(1.581)	(10.748)	(1.581)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	16.225	31.124	14.594	31.877
Imposto de renda e contribuição social diferidos		29.977	23.063	29.982	24.185
Depreciação e amortização	18.f	1.403	516	1.403	516
Provisão para contingências	15.c	(87)	230	(87)	340
Provisão para garantias financeiras prestadas		(719)	201	(719)	201
Resultado de participação em controladas	10.a	(7.690)	804	(5.536)	565
Pagamento baseado em ações		6.849	-	6.849	-
Variação de ativos e passivos		(170.010)	(250.613)	(188.654)	(252.358)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		16.086	(216.241)	16.086	(216.241)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(692.764)	(657.681)	(649.318)	(657.681)
(Aumento) Redução de operações de crédito		(2.007.418)	(679.670)	(2.007.419)	(679.708)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		46.084	(211.176)	42.525	(213.276)
(Aumento) Redução de outros ativos		(38.273)	107.518	(30.130)	108.644
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(14.863)	(79.579)	(14.863)	(79.579)
Aumento (Redução) de depósitos		1.775.628	406.703	1.741.725	410.033
Aumento (Redução) de operações compromissadas		914.728	(192.431)	914.728	(192.431)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(288.848)	1.277.619	(288.848)	1.277.619
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		66.622	(1.218)	66.622	(1.218)
Aumento (Redução) de outros passivos		53.008	(4.457)	20.238	(8.520)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		(71.821)	(165.669)	(89.937)	(165.668)
Atividades de investimento					
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	12	-	(1.173)	-	(1.173)
Alienação (Aquisição) de intangível		(1.218)	-	(1.218)	-
(Aumento) Redução de capital em controladas	10	(43.486)	-	-	-
(Aumento) de capital em coligadas		(8.327)	-	(8.327)	-
Dividendos recebidos		6.801	-	6.801	-
Aquisição/Alienação de investimentos em coligadas e controladas	10.b	205	-	205	-
Alienação (Aquisição) de outros investimentos		(20)	-	(20)	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(46.045)	(1.173)	(2.559)	(1.173)
Atividades de financiamento					
Aumento de capital	17.a	44.403	-	44.403	-
Aquisição de ações em tesouraria	17.e	(6.736)	(4.695)	(6.736)	(4.695)
Juros sobre o capital próprio pagos	17.d	(36.339)	-	(36.339)	-
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	14	169.672	4.026	169.672	4.026
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		171.000	(669)	171.000	(669)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		53.134	(167.511)	78.504	(167.510)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	182.446	301.558	205.842	301.559
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		10.748	1.581	10.748	1.581
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	246.328	135.628	295.094	135.630

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Receitas		616.721	535.501	623.254	538.380
Receitas da intermediação financeira		607.545	539.081	607.545	539.081
Receitas de prestação de serviços	18.d	4.691	4.398	10.053	7.513
Rendas de tarifas bancárias		2.080	2.703	2.080	2.703
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(16.225)	(31.124)	(14.594)	(31.877)
Outras		18.630	20.443	18.170	20.960
Despesas de intermediação financeira		(447.384)	(415.173)	(445.295)	(414.847)
Insumos adquiridos de terceiros	18.f	(35.151)	(28.761)	(38.403)	(29.010)
Materiais, energias e outros		(166)	(82)	(166)	(84)
Serviços de terceiros		(31.376)	(24.120)	(31.581)	(24.337)
Outros		(3.609)	(4.559)	(6.656)	(4.589)
Valor adicionado (consumido) bruto		134.186	91.567	139.556	94.523
Depreciação e amortização	18.f	(1.403)	(516)	(1.403)	(516)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade		132.783	91.051	138.153	94.007
Valor adicionado recebido em transferência		7.690	(804)	5.536	(565)
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	7.690	(804)	5.536	(565)
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		140.473	90.247	143.689	93.442
Distribuição do valor adicionado (consumido)		140.473	90.247	143.689	93.442
Remuneração do trabalho		41.693	27.234	42.955	27.880
Proventos	18.e	18.242	16.157	18.953	16.670
Benefícios e treinamento	18.e	4.060	3.543	4.058	3.558
Encargos sociais	18.e	7.972	6.750	8.158	6.868
Participação nos lucros		11.419	784	11.786	784
Remuneração de governos		33.526	30.519	35.480	33.055
Federais	18.g	3.206	4.321	3.558	5.017
Municipais	18.g	343	598	577	730
Imposto de renda e contribuição social	19	29.977	25.600	31.345	27.308
Remuneração de capitais de terceiros		2.275	1.907	2.275	1.920
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	2.275	1.907	2.275	1.920
Remuneração de capitais próprios		62.979	30.587	62.979	30.587
Juros sobre o capital próprio		16.615	-	16.615	-
Lucro Líquido retido		46.364	30.587	46.364	30.587

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas de 31 de março de 2024, na reunião realizada em 6 de maio de 2024.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

Atividade	Participação % no capital total em		
	31/03/2024	31/12/2023	
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,000	100,000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	100,000	100,000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	100,000	100,000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	100,000	100,000
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,000	100,000
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	100,000	100,000
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	100,000	100,000
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	100,000	100,000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,000	100,000
Coligadas - Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial			
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.)	Holding de instituições não-financeiras	50,2900	40,0000
BYX Capital Ltda.	Consultoria	32,7400	30,0000

	31/03/2024							
	ECO Comercializadora de Ativos Ambientais	Pine Investimentos	Pine Planejamento	P3 Desenvolvimento Imobiliário	Pine Campo Grande	Pine Assessoria	Pine Corretora	Pine Ativos Imobiliários
ATIVO								
Disponibilidades	10	-	203	350	-	1.131	203	-
Outros ativos financeiros	-	4.262	-	5.339	8.517	11.023	5.606	65.500
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	-	(5.900)	-	-	-	-
Investimento em participações em coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	-	14.291
Outros ativos	-	3.554	222	576.078	52.649	5.598	14.486	61.135
Total do ativo	10	7.816	425	575.867	61.166	17.752	20.295	140.926
PASSIVO								
Outros passivos	-	1.022	-	13.410	108	5.922	185	42.780
Total do passivo	-	1.022	-	13.410	108	5.922	185	42.780
Patrimônio líquido	10	6.794	425	562.457	61.058	11.830	20.110	98.146
Capital social	10	4.765	10	565.797	53.200	500	18.102	97.993
Reservas de Lucros	-	1.930	415	-	8.065	8.745	2.355	-
Lucro líquido (Prejuízos) acumulados	-	99	-	(3.340)	(207)	2.585	(347)	153
Total do patrimônio líquido	10	6.794	425	562.457	61.058	11.830	20.110	98.146
Total do passivo e patrimônio líquido	10	7.816	425	575.867	61.166	17.752	20.295	140.926

As alterações societárias estão descritas na Nota Explicativa 10 - Investimentos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
 Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
 Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Em 31 de março de 2024, não foram identificadas novas Resoluções, com impactos relevantes.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrumentos Financeiros

Instruções Normativas nº 426/23 e 433/23 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Resolução BCB nº 352/23 - revoga a Resolução BCB nº 309/23 e tem início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Lei nº 14.467/22 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contabilidade de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Banco Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Em atendimento ao art. 76, parágrafo único, inciso II, o Banco Pine, de forma resumida, destaca no plano de implementação da referida resolução:

Conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge sendo:

i. Classificação e Mensuração;

ii. Impairment, Cura e Taxa Efetiva; e

iii. Classificação do Hedge.

O Banco Pine entende que o Plano de Implementação tem como objetivo dar diretrizes para conversão das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), até janeiro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 Art. 81º e inciso II. O Plano foi revisado e readequado, inclusive atendendo à requisitos da Resolução nº 5.100/23, norma complementar à Resolução 4.966/21.

O Plano de Implementação, não se trata de um plano definitivo e será atualizado conforme evolução do projeto de implementação e/ou normativos que serão emitidos pelo Bacen, de acordo com as etapas abaixo:

a) Apresentação para principais áreas impactadas;

b) Criação de grupo de trabalho com pelo menos 1 colaborador por área;

c) Reuniões com o grupo de trabalho para início das atividades;

d) Criação, definições e aprovações das políticas e memorandos técnicos;

e) Reuniões com os fornecedores sobre impactos da norma;

f) Atualizar os scripts ou parâmetros sistêmicos e testes (homologação);

g) Mensurar os impactos conforme o avanço dos trabalhos; e

h) Aplicação completa da Resolução CMN nº 4.966/21.

Arrendamento mercantil

Resolução CMN nº 4.975/21 - Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 - R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. O Banco Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias, cessão com coobrigação e securitização com lastro em operações de crédito do varejo e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;

- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;

- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277/13 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068/01;
- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082/02; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464/07.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.n)

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, imobilizado de uso e intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;
- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens; e
- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa nº 319/22 a partir de 1º de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgamento favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

s) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

t) Lucro líquido por ação**Resultado básico por ação**

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Resultado diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

u) Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

O Pine adota premissas internas para o cálculo de provisão de fiança e garantias prestadas. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação ao cliente e tipos de fiança. Baseado nesses critérios, a provisão é considerada suficiente pelo Pine.

v) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos financeiros e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

x) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.g, de forma segregada.

y) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços cotados e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Nível 1, com exceção: (i) aos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos privados, que estão em Nível 2, no montante de R\$3.134.864 (31 de dezembro de 2023 - R\$2.862.414); e (ii) a determinados títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$90.385 (31 de dezembro de 2023 - R\$90.385) que são classificados em Nível 3.

z) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e consolidadas; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Disponibilidades ⁽¹⁾	28.255	39.894	77.021	63.290
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	218.073	142.552	218.073	142.552
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	246.328	182.446	295.094	205.842

(1) Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	31/03/2024	31/12/2023
				Total	Total
Aplicações em operações compromissadas					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	47.015	-	-	47.015	128.026
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	100.029	-	-	100.029	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	31.007	-	-	31.007	-
Total de aplicações em operações compromissadas	178.051	-	-	178.051	128.026
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	-	37.581	35.789	73.370	98.489
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	347.246	-	347.246	337.882
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	384.827	35.789	420.616	436.371
Aplicações em moedas estrangeiras					
Aplicações em moedas estrangeiras	40.022	-	-	40.022	14.526
Total de aplicações em moedas estrangeiras	40.022	-	-	40.022	14.526
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	978	-	978	1.309
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	218.073	385.805	35.789	639.667	580.232

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das aplicações em Depósitos Vinculados ao Crédito Rural, que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xb)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	31/03/2024										Individual		
	Valor de Mercado/Contábil								Total		Total		31/12/2023
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda													
Títulos públicos	-	-	-	158.349	-	-	-	158.349	159.070	(721)	270.795	271.629	(834)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	102.511	-	-	-	102.511	102.518	(7)	99.881	99.882	(1)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.978	49.992	(14)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	55.838	-	-	-	55.838	56.552	(714)	120.936	121.755	(819)
Títulos privados	-	-	-	25.774	688.003	452.112	355.984	1.521.873	1.526.560	(4.687)	1.491.305	1.500.408	(9.103)
Eurobonds	-	-	-	-	4.187	-	-	4.187	8.578	(4.391)	180	8.269	(8.089)
Debêntures ^{(1) (4)}	-	-	-	-	683.816	416.394	56.650	1.156.860	1.157.035	(175)	1.125.982	1.126.053	(71)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	19.795	8.141	27.936	27.780	156	16.256	16.144	112
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	49.267	49.267	49.446	(179)	49.609	49.713	(104)
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	15.923	241.926	257.849	257.849	-	251.919	251.919	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.358	1.400	(42)
Cédula do Produto Rural	-	-	-	25.774	-	-	-	25.774	25.872	(98)	46.001	46.910	(909)
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	-	184.123	688.003	452.112	355.984	1.680.222	1.685.630	(5.408)	1.762.100	1.772.037	(9.937)
Títulos para negociação ⁽²⁾													
Títulos públicos	-	-	-	9.038	-	901.805	1.092.811	2.003.654	1.992.242	11.412	1.057.797	1.018.810	38.987
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	9.038	-	901.805	1.092.811	2.003.654	1.992.242	11.412	1.057.797	1.018.810	38.987
Títulos privados	-	193	-	-	-	-	815.263	815.456	808.511	6.945	1.452.784	1.453.318	(534)
Ações de companhias abertas	-	193	-	-	-	-	-	193	193	-	218	218	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668.194	672.451	(4.257)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.982	5.019	(37)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	815.263	815.263	808.318	6.945	779.390	775.630	3.760
Total de títulos para negociação	-	193	-	9.038	-	901.805	1.908.074	2.819.110	2.800.753	18.357	2.510.581	2.472.128	38.453
Títulos mantidos até o vencimento													
Títulos públicos	-	-	-	702.462	2.885.893	735.566	58.553	4.382.474	4.382.474	-	4.793.033	4.793.033	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	329.953	329.953	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	702.462	2.885.893	735.566	58.553	4.382.474	4.382.474	-	4.463.080	4.463.080	-
Títulos privados	60.872	-	158.333	115.424	314.910	228.908	9.473	887.920	887.920	-	8.710	8.710	-
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	9.473	9.473	9.473	-	8.710	8.710	-
Nota comercial	60.872	-	158.333	115.424	314.910	228.908	-	878.447	878.447	-	-	-	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	60.872	-	158.333	817.886	3.200.803	964.474	68.026	5.270.394	5.270.394	-	4.801.743	4.801.743	-
Total de títulos	60.872	193	158.333	1.011.047	3.888.806	2.318.391	2.332.084	9.769.726	9.756.777	12.949	9.074.424	9.045.908	28.516

	Valor de Mercado/Contábil							31/03/2024		Consolidado			
								Total		31/12/2023			
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda													
Títulos públicos	-	-	-	158.349	-	-	-	158.349	159.070	(721)	270.795	271.629	(834)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	102.511	-	-	-	102.511	102.518	(7)	99.881	99.882	(1)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.978	49.992	(14)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	55.838	-	-	-	55.838	56.552	(714)	120.936	121.755	(819)
Títulos privados	-	-	-	25.774	688.003	452.112	355.984	1.521.873	1.526.560	(4.687)	1.491.305	1.500.408	(9.103)
<i>Eurobonds</i> ⁽¹⁾	-	-	-	-	4.187	-	-	4.187	8.578	(4.391)	180	8.269	(8.089)
Debêntures ^{(1) (3) (4)}	-	-	-	-	683.816	416.394	56.650	1.156.860	1.157.035	(175)	1.125.982	1.126.053	(71)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	19.795	8.141	27.936	27.780	156	16.256	16.144	112
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	49.267	49.267	49.446	(179)	49.609	49.713	(104)
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	15.923	241.926	257.849	257.849	-	251.919	251.919	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.358	1.400	(42)
Cédula do Produto Rural	-	-	-	25.774	-	-	-	25.774	25.872	(98)	46.001	46.910	(909)
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	-	184.123	688.003	452.112	355.984	1.680.222	1.685.630	(5.408)	1.762.100	1.772.037	(9.937)
Títulos para negociação ⁽²⁾													
Títulos públicos	-	-	-	9.038	-	901.805	1.092.811	2.003.654	1.992.242	11.412	1.057.797	1.018.810	38.987
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	9.038	-	901.805	1.092.811	2.003.654	1.992.242	11.412	1.057.797	1.018.810	38.987
Títulos privados	-	193	-	-	-	-	-	193	193	-	680.967	681.501	(534)
Ações de companhias abertas	-	193	-	-	-	-	-	193	193	-	218	218	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668.194	672.451	(4.257)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.982	5.019	(37)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.573	3.813	3.760
Total de títulos para negociação	-	193	-	9.038	-	901.805	1.092.811	2.003.847	1.992.435	11.412	1.738.764	1.700.311	38.453
Títulos mantidos até o vencimento													
Títulos públicos	-	-	-	702.462	2.885.893	735.566	58.553	4.382.474	4.382.474	-	4.793.033	4.793.033	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	329.953	329.953	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	702.462	2.885.893	735.566	58.553	4.382.474	4.382.474	-	4.463.080	4.463.080	-
Títulos privados	60.872	-	158.333	115.424	314.910	228.908	9.473	887.920	887.920	-	8.710	8.710	-
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	-	-	-	9.473	9.473	9.473	-	8.710	8.710	-
Nota comercial	60.872	-	158.333	115.424	314.910	228.908	-	878.447	878.447	-	-	-	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	60.872	-	158.333	817.886	3.200.803	964.474	68.026	5.270.394	5.270.394	-	4.801.743	4.801.743	-
Total de títulos	60.872	193	158.333	1.011.047	3.888.806	2.318.391	1.516.821	8.954.463	8.948.459	6.004	8.302.607	8.274.091	28.516

(1) Em 31 de março de 2024, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, foi reconhecido no resultado, o montante de R\$5.783, referentes a Notas Comerciais (31 de março de 2023 - montante de R\$6.814, sendo R\$1.575 referentes a Debêntures e R\$5.239 referentes a Eurobonds) de perdas permanentes, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possui característica de curto prazo.

(3) A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Durante o período findo em 31 de março de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine estruturou cessão com coobrigação e securitização com o mercado, cujo montante de R\$815.181 (31 de dezembro de 2023 - R\$771.817) foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira. O montante eliminado referente a 31 de dezembro de 2023 foi reclassificado de 'títulos disponíveis para venda' para 'títulos para negociação', para fins de melhor comparabilidade.

(4) Em 31 de março de 2024, inclui debêntures no montante de R\$25.070, que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Em atendimento ao disposto no Art. 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, no período findo em 31 de março de 2024 houve reclassificação de categoria de títulos e valores mobiliários de disponíveis para venda e negociação para mantidos até o vencimento. Não houve impactos no resultado decorrentes da reclassificação realizada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de março de 2024, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$2.975 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R\$5.465 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste positivo no montante de R\$11.412 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R\$38.453 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023) no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Rendas de operações com títulos de renda fixa	255.278	190.941	255.278	190.941
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(37.210)	(7.572)	(37.210)	(7.572)
Rendas de operações com títulos de renda variável	9.351	17.139	9.351	17.139
Despesas de operações com títulos de renda variável	(34)	(796)	(34)	(796)
Total	227.385	199.712	227.385	199.712

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado					
	31/03/2024			31/12/2023		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	3.462	1.755.909	1.759.371	11.817	1.676.903	1.688.720
Contratos a termo - a receber	72.907	13.755	86.662	106.772	44.185	150.957
Prêmios de opções a exercer	13.526	12.302	25.828	22.740	14.811	37.551
Total a receber	89.895	1.781.966	1.871.861	141.329	1.735.899	1.877.228
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(9.321)	(2.055.982)	(2.065.303)	(3.820)	(2.050.040)	(2.053.860)
Contratos a termo - a pagar	(73.772)	(19.432)	(93.204)	(75.906)	(42.047)	(117.953)
Prêmios de opções lançadas	(13.862)	(6.906)	(20.768)	(20.430)	(7.262)	(27.692)
Total a pagar	(96.955)	(2.082.320)	(2.179.275)	(100.156)	(2.099.349)	(2.199.505)
Valor líquido	(7.060)	(300.354)	(307.414)	41.173	(363.450)	(322.277)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado							
	31/03/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	7.054.558	1.758.659	-	6.221.890	1.688.087	-	6.221.890	1.688.087
Juros	6.658.244	1.743.244	-	6.120.800	1.672.191	-	6.120.800	1.672.191
Moeda	396.314	15.415	-	101.090	15.896	-	101.090	15.896
Posição passiva:	7.054.558	-	(2.060.097)	6.221.890	-	(2.049.488)	6.221.890	(2.049.488)
Juros	6.954.046	-	(2.055.802)	6.019.501	-	(2.045.206)	6.019.501	(2.045.206)
Moeda	100.512	-	(4.295)	202.389	-	(4.282)	202.389	(4.282)
Valor líquido		1.758.659	(2.060.097)	15.806		1.688.087	(2.049.488)	68.372
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	-	-	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido								(1.004)
Risco de mercado								
Posição ativa:	186.471	712	-	186.471	633	(4.372)	186.471	633
Juros	186.471	712	-	186.471	633	-	186.471	633
Moeda	-	-	-	-	-	(4.372)	-	(4.372)
Posição passiva:	-	-	(5.206)	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	(5.206)	-	-	-	-	-
Valor líquido		712	(5.206)	(8.903)		633	(4.372)	(8.404)
Valor líquido de Swap		1.759.371	(2.065.303)	6.903		1.688.720	(2.053.860)	58.964

Contratos a termo								
Posição ativa:	9.245.134	86.662	-		8.156.479	150.957	-	
Juros	4.259.423	32.657	-		4.243.815	115.962	-	
Moeda	4.210.257	13.441	-		3.792.947	7.237	-	
Commodities	775.454	40.564	-		119.717	27.758	-	
Posição passiva:	9.245.134	-	(93.204)		8.156.479	-	(117.953)	
Juros	4.985.711	-	(58.601)		3.762.891	-	(6.925)	
Moeda	3.781.963	-	(27.562)		480.924	-	(3.650)	
Commodities	477.460	-	(7.041)		3.912.664	-	(107.378)	
Valor líquido		86.662	(93.204)	(4.093)		150.957	(117.953)	(23.202)
Opções								
Prêmios de opções a exercer	4.173.184	25.828	-		4.362.169	37.551	-	
Juros	4.004.000	1	-		4.004.000	263	-	
Moeda	72.759	1.422	-		301.812	17.726	-	
Commodities	96.425	24.405	-		56.357	19.562	-	
Prêmios de opções lançadas	5.133.378	-	(20.768)		4.903.440	-	(27.692)	
Juros	4.004.000	-	-		4.004.000	-	(210)	
Moeda	1.112.878	-	(20.386)		869.041	-	(22.098)	
Commodities	16.500	-	(382)		30.399	-	(5.384)	
Valor líquido		25.828	(20.768)	609		37.551	(27.692)	38.264
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.871.861	(2.179.275)	3.419		1.877.228	(2.199.505)	74.026

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado							
	31/03/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber	Resultado
Compra	Venda	(pagar)	Compra		Venda	(pagar)		
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	530.378	32.139.013	200		4.479.269	4.852.648	1.278	
Moeda	1.230.618	813.169	2.748		2.097.581	575.171	2.645	
Cupom cambial futuro	-	1.683.426	(9.736)		6.485	1.473.791	(6.815)	
Commodities	960.293	-	(62)		1.100.268	-	1.080	
Total	2.721.289	34.635.608	(6.850)	21.994	7.683.603	6.901.610	(1.812)	192.958

(1) Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xb).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado							
	31/03/2024		31/12/2023		31/03/2024		31/12/2023	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	
Swap	451.357	78.508	4.803.162	683.784	1.224.218	7.241.029	6.408.361	
Contratos a termo	7.705.256	742.945	796.933	-	-	9.245.134	8.156.479	
Opções	1.081.671	8.106.030	118.861	-	-	9.306.562	9.265.609	
Futuros	2.225.732	1.312.113	1.009.909	161.870	32.647.273	37.356.897	14.585.213	
Total	11.464.016	10.239.596	6.728.865	845.654	33.871.491	63.149.622	38.415.662	

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	Individual e Consolidado							
	31/03/2024				31/12/2023			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	-	37.356.897	-	-	-	14.585.213
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	35.977.300	-	-	-	13.891.710
Bolsas no exterior	-	-	-	1.379.597	-	-	-	693.503
Balcão	7.241.029	9.245.134	9.306.562	-	6.408.361	8.156.479	9.265.609	-
Instituições Financeiras	4.209.732	4.162.641	309.915	-	990.953	890.487	229.009	-
Empresas	3.031.297	5.082.493	8.996.647	-	5.417.408	7.265.992	9.036.600	-
Total	7.241.029	9.245.134	9.306.562	37.356.897	6.408.361	8.156.479	9.265.609	14.585.213

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	31/03/2024	31/12/2023
NTN - Nota do tesouro nacional	773.934	859.468
Total	773.934	859.468

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

x.b) Hedge de Risco de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/02.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA e LFS: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFS: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.**Hedge da carteira de operação de crédito - empréstimos (varejo):** O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das da carteira de empréstimos FGTS pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.**Hedge da carteira de aplicação - DIR:** O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das aplicações: (i) DIRs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

	Individual e Consolidado							
	31/03/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	297.682	349.670	351.902	2.232	297.682	340.029	344.224	4.195
Total	297.682	349.670	351.902	2.232	297.682	340.029	344.224	4.195
Objeto de Hedge								
Captações CDB	225.144	291.305	286.199	(5.106)	225.144	283.351	280.028	(3.324)
Captações LCA	50.000	58.365	58.632	267	50.000	56.678	57.124	447
Total	275.144	349.670	344.831	(4.839)	275.144	340.029	337.152	(2.877)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	2.273.679	2.062.443	2.111.029	48.586	1.864.576	1.722.148	1.726.303	4.155
Futuros (DAP)	957.771	957.771	952.009	(5.762)	1.071.813	849.480	1.074.819	225.339
Total	3.231.450	3.020.214	3.063.038	42.824	2.936.389	2.571.628	2.801.122	229.494
Objeto de Hedge								
Captações CDB	2.275.977	3.135.295	2.945.424	(189.871)	1.919.508	2.550.628	2.421.694	(128.934)
Captações LCA	135	141	143	2	135	138	132	(6)
Captações LFS	79.000	83.429	81.912	(1.517)	20.000	21.000	23.879	2.879
Total	2.355.112	3.218.865	3.027.479	(191.386)	1.939.643	2.571.766	2.445.705	(126.061)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	357.103	357.241	357.103	(138)	348.004	348.144	347.913	(231)
Total	357.103	357.241	357.103	(138)	348.004	348.144	347.913	(231)
Objeto de Hedge								
Aplicações DIR	320.000	346.933	347.911	978	320.000	337.679	338.988	1.309
Total	320.000	346.933	347.911	978	320.000	337.679	338.988	1.309
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	4.379.930	301.121	301.236	115	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)
Total	4.379.930	301.121	301.236	115	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)
Objeto de Hedge								
Consignado INSS	2.938.962	3.298.664	3.328.433	29.769	2.388.344	2.677.583	2.752.891	75.308
Consignado INSS GDF	285.555	309.692	310.907	1.215	299.940	322.075	326.346	4.271
Consignado FGTS	632.181	734.801	754.182	19.381	590.644	667.052	694.992	27.940
Total	3.856.698	4.343.157	4.393.522	50.365	3.278.928	3.666.710	3.774.229	107.519

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Capital de giro	1.492.798	1.500.443	1.492.798	1.500.443
Conta corrente garantida	38.836	35.071	38.836	35.071
Financiamento em moeda estrangeira	73.020	6.950	73.020	6.950
Financiamentos a exportação	529.506	566.450	529.506	566.450
Títulos descontados	84.309	151.753	84.309	151.753
FGI PEAC ⁽¹⁾	319.335	334.552	319.335	334.552
Empréstimo FGTS ⁽²⁾	841.372	624.353	841.372	624.353
Consignado	5.337.516	3.448.499	5.337.516	3.448.499
Subtotal de operações de crédito	8.716.692	6.668.071	8.716.692	6.668.071
Devedores por compra de valores e bens ⁽³⁾	196.360	227.272	390.015	419.225
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽⁴⁾	488.449	525.597	488.449	525.597
Compras a faturar - cartão de crédito	954	-	954	-
Avais e fianças honradas	5.208	3.463	5.208	3.463
Carteira de crédito	9.407.663	7.424.403	9.601.318	7.616.356
Créditos abertos para importação	119.216	91.868	119.216	91.868
Garantias prestadas	354.530	380.526	354.530	380.526
Garantias prestadas e responsabilidades	473.746	473.394	473.746	473.394
Títulos privados ⁽⁵⁾	2.311.018	2.074.377	2.311.018	2.074.377
Títulos com risco de crédito	2.311.018	2.074.377	2.311.018	2.074.377
Total carteira expandida	12.192.427	9.971.174	12.386.082	10.163.127
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 8.b)	276.770	341.007	276.770	341.007
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽⁶⁾	50.365	107.519	50.365	107.519
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	12.519.562	10.419.700	12.713.217	10.611.653

(1) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei nº 12.042/20 e Resolução CMN nº 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

(2) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(3) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8.b).

(4) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8.a).

(5) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, ações de companhias abertas, nota comercial, cédula de produto rural, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 6.a)

(6) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xb)

b) Por vencimento

Prazo	Individual								Consolidado	
	31/03/2024			31/12/2023			31/03/2024		31/12/2023	
	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total	Total
Até 3 meses	662.680	83.276	745.956	610.173	83.276	693.449	662.680	83.276	745.956	610.173
De 3 a 12 meses	595.471	101.709	697.180	932.860	101.709	1.034.569	595.471	101.709	697.180	932.860
De 1 a 3 anos	998.507	262	998.769	1.035.100	262	1.035.362	1.192.162	262	1.192.424	1.227.053
De 3 a 5 anos	951.624	-	951.624	867.309	-	867.309	951.624	-	951.624	867.309
De 5 a 15 anos	5.713.859	-	5.713.859	3.652.519	-	3.652.519	5.713.859	-	5.713.859	3.652.519
Acima de 15 anos	300.275	-	300.275	326.442	-	326.442	300.275	-	300.275	326.442
Total carteira de crédito	9.222.416	185.247	9.407.663	7.424.403	185.247	7.609.650	9.416.071	185.247	9.601.318	7.616.356

c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Agronegócio	795.777	829.126	795.777	829.126
Imobiliário	471.974	476.189	665.629	668.142
Infraestrutura	71.794	81.178	71.794	81.178
Logística e Transporte	107.322	124.723	107.322	124.723
Mineração	154.749	151.523	154.749	151.523
Telecom e TI	28.451	27.498	28.451	27.498
Indústria	313.443	304.648	313.443	304.648
Serviços	267.976	318.853	267.976	318.853
Químico e Petroquímico	195.158	242.418	195.158	242.418
Energia	20.048	23.477	20.048	23.477
Comércio	147.226	158.392	147.226	158.392
Instituição Financeira	266.335	134.759	266.335	134.759
Saúde e Educação	32.154	36.833	32.154	36.833
Papel e Celulose	121.613	123.399	121.613	123.399
Pessoa física	6.220.774	4.112.858	6.220.774	4.112.858
Outros	192.869	278.529	192.869	278.529
Total carteira de crédito	9.407.663	7.424.403	9.601.318	7.616.356

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível	31/03/2024			Individual		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.687.294	-	1.687.294	-	1.424.238	-
A	6.299.144	42.209	6.341.353	31.703	4.524.731	22.622
B	518.000	15.128	533.128	5.331	590.327	5.903
C	533.177	36.100	569.277	17.078	606.041	18.181
D	36.588	28.465	65.053	6.505	67.538	6.753
E	110.362	35.710	146.072	63.294	139.321	68.893
F	10.920	4.979	15.899	11.127	33.934	23.750
G	24.093	2.101	26.194	26.192	4.521	4.496
H	2.928	20.465	23.393	23.393	33.752	33.752
Total carteira de crédito	9.222.506	185.157	9.407.663	184.623	7.424.403	184.350

Nível	31/03/2024			Consolidado		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.872.679	-	1.872.679	-	1.607.424	-
A	6.299.144	42.209	6.341.353	31.703	4.524.731	22.622
B	518.947	15.128	534.075	5.341	590.327	5.903
C	533.177	36.100	569.277	17.078	606.041	18.181
D	37.697	28.465	66.162	6.616	68.611	6.860
E	110.362	35.710	146.072	63.313	139.321	68.893
F	11.830	4.979	16.809	11.582	33.934	23.750
G	24.093	2.101	26.194	26.192	5.421	5.125
H	8.232	20.465	28.697	28.697	40.546	40.546
Total carteira de crédito	9.416.161	185.157	9.601.318	190.522	7.616.356	191.880

Em 31 de março de 2024, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$30.392 (R\$35.236 em 31 de dezembro de 2023) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira de crédito

Maiores devedores	31/03/2024		Individual		31/03/2024		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maiores devedores	157.506	1,67	151.523	2,04	157.506	1,64	151.523	1,99
2º ao 10º	670.911	7,13	617.957	8,32	786.794	8,19	731.774	9,61
11º ao 20º	369.257	3,93	392.593	5,29	384.602	4,01	405.963	5,33
21º ao 50º	676.699	7,19	712.272	9,59	693.056	7,22	728.645	9,57
51º ao 100º	489.766	5,21	516.052	6,95	498.110	5,19	524.573	6,89
Demais devedores	7.043.524	74,87	5.034.006	67,81	7.081.250	73,75	5.073.878	66,61
Total carteira de crédito	9.407.663	100,00	7.424.403	100,00	9.601.318	100,00	7.616.356	100,00

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	184.350	250.460	191.880	253.826
Constituição/(Reversão)	16.225	31.124	14.594	31.877
Saldos anteriormente baixados contra prejuízo ⁽¹⁾	-	21.579	-	21.579
Baixas para prejuízo	(15.952)	(393)	(15.952)	(393)
Saldo final	184.623	302.770	190.522	306.889

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, a ativação do saldo, anteriormente baixado contra prejuízo, pela cessão de crédito sem coobrigação, resultando na reversão de provisão (receita) e prejuízo na cessão (despesa).

g) Recuperação de crédito

No período findo em 31 de março de 2024, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$3.585 (R\$920 no período findo em 31 de março de 2023).

h) Renegociação de contratos

Em 31 de março de 2024, existiam contratos renegociados no valor de R\$265.548 (R\$265.193 em 31 de dezembro de 2023). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento atacado: No período findo em 31 de março de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R\$5.100 (R\$111.127 em 31 de dezembro de 2023). Essas cessões geraram um resultado líquido de reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no valor positivo de R\$2.998 (R\$9.614 em 31 de dezembro de 2023). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No período findo em 31 de março de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$385.724, referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$34.624. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.783.551, sendo R\$1.763.793 referentes a Entes Federais e R\$19.758 referentes a Entes Estaduais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$198.859, sendo R\$198.756 referentes a Entes Federais e R\$103 referentes a Entes Estaduais. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações sem transferência e com retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No período findo em 31 de março de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$35.595. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$741.517.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Avais e fianças honradas	5.208	3.463	5.208	3.463
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	604.522	628.447	604.522	628.447
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	107.142	96.457	110.356	99.615
Diversos (Nota 8.b)	683.941	768.147	881.934	962.639
Negociação e intermediação de valores	94.857	77.703	94.857	77.703
Rendas a receber	17.549	13.636	17.549	13.638
Relações interfinanceiras	7.190	4.711	7.190	4.711
Total	1.520.409	1.592.564	1.721.616	1.790.216
Circulante	765.129	779.409	768.843	783.991
Não Circulante	755.280	813.155	952.773	1.006.225

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	505.177	555.079
Direitos sobre venda de câmbio	80.136	58.268
Rendas a receber	19.395	17.286
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(186)	(2.186)
Total	604.522	628.447
Circulante	577.644	623.596
Não Circulante	26.878	4.851
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	78.257	57.354
Obrigações por compra de câmbio	504.963	569.324
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(469.054)	(508.311)
Total	114.166	118.367
Circulante	114.166	109.058
Não Circulante	-	9.309

b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Adiantamentos e antecipações salariais	1.847	9.115	1.847	8.982
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	470	600	469	565
Adiantamentos por conta de imobilizações ⁽⁴⁾	1.045	-	1.045	-
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾⁽²⁾	196.360	227.272	390.015	419.225
Imposto de renda a compensar ⁽⁵⁾	182.127	176.424	183.834	178.015
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽⁶⁾	3.342	30	-	-
Compras a faturar - cartão de crédito ⁽²⁾	954	-	954	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito ⁽³⁾	276.770	341.007	276.770	341.007
Devedores diversos - País e exterior	21.026	13.699	27.000	14.845
Total	683.941	768.147	881.934	962.639
Circulante	71.215	66.856	74.929	71.436
Não Circulante	612.726	701.291	807.005	891.203

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não financeiros mantidos para venda.

(2) No primeiro trimestre de 2023, o Banco Pine adquiriu carteira de recebíveis pela venda a prazo de ativos não financeiros mantidos para venda. Em 31 de março de 2024, o montante da carteira de recebíveis é R\$46.735 (31 de dezembro de 2023 - R\$75.183) e o ágio é de R\$704 (31 de dezembro de 2023 - R\$2.087). O ágio é apropriado contra o resultado, pelo prazo de vencimento dos contratos.

(3) Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, refere-se ao prêmio pago na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a ser reconhecido na rubrica de 'operações de crédito' da Demonstração do Resultado, em razão da fluência do prazo das operações.

(4) Em 31 de dezembro de 2023, os projetos em desenvolvimento foram concluídos e os montantes foram reclassificados para rubrica do "Intangível".

(5) Em 31 de março de 2023, refere-se, principalmente, ao Crédito Presumido, nos termos da Lei 12.838/13, no montante de R\$121.305 (31 de dezembro de 2023 - R\$121.305).

(6) Em 31 de março de 2024, refere-se, principalmente, a valores a receber de sociedades ligadas sobre programa de pagamento baseado em ações.

9. ATIVOS FISCAIS**a) Créditos Tributários**

Com base na Resolução BCB n° 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	31/03/2024			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	73.383	58.706	132.089	71.869	57.495	129.364
Créditos baixados para prejuízo	39.649	38.595	78.244	50.215	47.048	97.263
Prejuízo fiscal/base negativa	213.209	170.454	383.663	205.373	164.183	369.556
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	237.125	-	237.125	237.509	-	237.509
Outras provisões	3.859	3.087	6.946	4.664	3.730	8.394
Total	567.225	270.842	838.067	569.630	272.456	842.086

	31/03/2024			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	73.383	58.706	132.089	71.869	57.495	129.364
Créditos baixados para prejuízo	39.649	38.595	78.244	50.215	47.048	97.263
Prejuízo fiscal/base negativa	213.209	170.454	383.663	205.373	164.183	369.556
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	237.125	-	237.125	237.509	-	237.509
Outras provisões	3.859	3.087	6.946	4.664	3.730	8.394
Total	567.225	270.842	838.067	569.630	272.456	842.086

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	31/03/2024			Individual 31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
	Atualização monetária de depósitos judiciais	4.843	3.874	8.717	4.422	3.538
Ajuste de títulos para negociação	1.367	1.094	2.461	8.300	6.640	14.940
Ajuste de títulos disponíveis para venda	2.917	2.334	5.251	1.010	808	1.818
Mercado futuro - Lei nº 11.196	5.053	4.043	9.096	9.760	7.808	17.568
MTM Derivativos	33.189	26.551	59.740	20.139	16.111	36.250
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	145.200	-	145.200	127.434	-	127.434
MTM hedge de risco de mercado	30.467	24.375	54.842	28.519	22.816	51.335
Total (Nota 16.a)	223.036	62.271	285.307	199.584	57.721	257.305

	31/03/2024			Consolidado 31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
	Atualização monetária de depósitos judiciais	5.061	4.006	9.067	4.636	3.668
Ajuste de títulos para negociação	1.367	1.094	2.461	8.300	6.640	14.940
Ajuste de títulos disponíveis para venda	2.917	2.334	5.251	1.010	808	1.818
Mercado futuro - Lei nº 11.196	5.053	4.043	9.096	9.760	7.808	17.568
MTM Derivativos	33.189	26.551	59.740	20.139	16.111	36.250
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	145.200	-	145.200	127.434	-	127.434
MTM hedge de risco de mercado	30.467	24.375	54.842	28.519	22.816	51.335
Total (Nota 16.a)	223.254	62.403	285.657	199.798	57.851	257.649

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial	842.086	968.209	842.086	969.757
Constituição	19.403	29.632	19.403	32.766
Reversão	(23.422)	(155.755)	(23.422)	(160.437)
Saldo final	838.067	842.086	838.067	842.086

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial	257.305	193.115	257.649	193.372
Constituição	33.639	109.855	34.692	113.503
Reversão	(5.637)	(45.665)	(6.684)	(49.226)
Saldo final	285.307	257.305	285.657	257.649

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual			Consolidado				
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
	Até 1 ano	60.026	29.802	89.828	80.187	60.026	29.802	89.828
De 1 a 2 anos	21.052	13.938	34.990	27.545	21.052	13.938	34.990	27.545
De 2 a 3 anos	37.260	20.020	57.280	39.941	37.260	20.020	57.280	39.941
De 3 a 4 anos	58.813	31.221	90.034	53.908	58.813	31.221	90.034	53.908
De 4 a 5 anos	46.892	47.002	93.894	50.469	46.892	47.002	93.894	50.469
De 5 a 8 anos	233.234	52.786	286.020	127.213	233.234	52.786	286.020	127.213
De 8 a 10 anos	109.948	76.073	186.021	45.797	109.948	76.073	186.021	45.797
Total	567.225	270.842	838.067	425.059	567.225	270.842	838.067	425.059

Obrigações fiscais diferidas	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
	Até 1 ano	16.468	13.173	29.641	16.468	13.173
De 1 a 2 anos	13.718	10.974	24.692	13.936	11.106	25.042
De 2 a 3 anos	584	467	1.051	584	467	1.051
De 3 a 4 anos	410	328	738	410	328	738
De 4 a 5 anos	6.377	8.840	15.217	6.377	8.840	15.217
De 5 a 8 anos	11.245	8.996	20.241	11.245	8.996	20.241
De 8 a 10 anos	174.234	19.493	193.727	174.234	19.493	193.727
Total	223.036	62.271	285.307	223.254	62.403	285.657

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de equivalência patrimonial

	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento	31/03/2024
							Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	100,0000	10.000	10	425	-	425	-
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	6.794	99	6.794	99
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	100,0000	500.000	500	11.830	2.585	11.830	2.585
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ⁽¹⁾⁽²⁾	100,0000	819.995.144	565.797	562.457	(573)	562.457	(573)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	100,0000	492.157	18.102	20.110	(347)	20.110	(347)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	100,0000	53.200.000	53.200	61.058	(207)	61.058	(207)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. ⁽⁷⁾	100,0000	227.891.066	97.993	98.146	597	98.146	597
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA. ⁽⁵⁾	100,0000	10.000	10	10	-	10	-
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ^{(4) (6)}	50,2900	2.680.456	4.688	1.415	(168)	4.123	-
BYX Capital Ltda. ⁽³⁾⁽⁶⁾	32,7400	1.403.141	4.286	42.453	18.452	24.484	5.536
Total					20.438	789.437	7.690

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	31/12/2023
							Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	100,0000	10.000	10	426	(185)	426	(185)
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	6.696	238	6.696	238
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	100,0000	500.000	500	9.245	5.719	9.245	5.719
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ⁽¹⁾⁽²⁾	100,0000	819.995.144	565.797	563.029	(2.052)	563.029	(2.052)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	100,0000	492.157	18.102	20.457	(2.064)	20.457	(2.064)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	100,0000	53.200.000	53.200	61.265	9.505	61.265	9.505
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	100,0000	86.030.600	36.993	36.549	(1.890)	36.549	(1.890)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA. ⁽⁵⁾	100,0000	10.000	10	10	-	10	-
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ⁽⁴⁾	40,0000	6.668	17	(3.087)	(4.622)	1.494	(614)
BYX Capital Ltda. ⁽³⁾	30,0000	1.285.715	4.286	41.724	26.977	20.255	5.258
Total					31.626	719.426	13.915

(1) Em reunião de sócios realizada em 09 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$29.891, mediante emissão de 43.319.875 novas quotas. Referidas novas quotas são subscritas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A., estando dispensada a integralização de tal parcela devida decorrente deste aumento de capital, considerando que: (i) em razão da redução de capital deliberada em 03 de outubro de 2022, a Sociedade deve restituir parte do valor das quotas aos sócios ou dispensar as prestações ainda devidas; (ii) houve a restituição de parte do valor das quotas ao sócio Banco Pine S.A. Dessa forma, o valor remanescente a ser reembolsado ao sócio Banco Pine S.A., será realizado através de dispensa da parcela de integralização devida, em razão deste aumento de capital.

(2) Em reunião de sócios realizada em 01 de fevereiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$145.506, mediante emissão de 210.878.619 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A..

(3) Em 31 de março de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$11.846 (R\$7.737 em 31 de dezembro de 2023).

(4) Em 31 de março de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$3.411 (R\$1.494 em 31 de dezembro de 2023).

(5) Em 26 de dezembro de 2023, O Bacen aprovou a participação do Banco Pine em uma sociedade do Conglomerado, constituída sob a denominação Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda, cujo objeto social é (i) a comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (ii) assessoria e consultoria na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (iii) a intermediação de negócios na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; e (iv) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista que possuam como objeto social atividades complementares e/ou sinérgicas ao objeto social da Sociedade; os ativos ambientais aqui mencionados compreendem, mas não se limitam a, Créditos de Carbono, Créditos de Descarbonização ("CBIOS"). O tempo de duração da Sociedade é indeterminado. O Banco Pine é sócio único, com 100% das quotas sociais.

(6) O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2024, aprovou: (a) a participação da Companhia nas sociedades Byx Corretora de Seguros Ltda. ("Byx Corretora"), no percentual de até 40% e Amigoz Corretora de Seguros Ltda. ("Amigoz Corretora"), no percentual de até 65%, participações estas indiretas, em razão da participação da Companhia na Byx Capital S.A. ("Byx Capital"), a qual será a sócia única da Byx Corretora; e (ii) na Byx Produtos S.A. ("Byx Produtos"), a qual será a sócia única da Amigoz Corretora; (b) o aumento da participação da Companhia nas sociedades: Byx Produtos, em 25%, passando a participação de 40%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 27 de abril de 2023, para até 65%; (ii) Byx Capital, em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 29 de junho de 2023, para até 40%; e Byx Originação Ltda. ("Byx Originação"), em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 25 de outubro de 2023, para até 40%, esclarecendo-se que a participação da Companhia é indireta, em razão da participação da Companhia na Byx Capital, a qual será a sócia única da Byx Originação; todos os aumentos de participação foram aprovados pelo Bacen em 03 de maio de 2024. Com relação à Byx Produtos, cuja denominação foi alterada para Amigoz S.A. ("Amigoz") e o tipo jurídico para limitada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, a participação atual da Companhia é de 50,29%, decorrente do aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data, no valor de R\$5.330, tendo a Companhia integralizado R\$2.672. Do montante total de capital social, R\$638 de outros acionistas, será integralizado até 31 de dezembro de 2025. No que tange à Byx Capital, cujo tipo jurídico foi transformado para limitada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2023, a participação atual da Companhia é de 32,74%, decorrente da cessão e transferência de 153.428 quotas, de titularidade da Byx Capital, mantidas em tesouraria, à Companhia, conforme 3ª alteração contratual de 18 de março de 2024. Por fim, em relação à Byx Originação, considerando que a Byx Capital é a sócia única da referida Sociedade, a participação da Companhia é refletida por meio da participação na Byx Capital, ou seja, 32,74%.

(7) Em 21 de março de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$61.000, mediante emissão de 141.860.466 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas pelo sócio único Banco Pine S.A., que integraliza os montantes de R\$43.486 em moeda corrente nacional e R\$17.514 por meio da cessão do direito de opção de compra de ativos.

b) Outros Investimentos

	Individual e Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
CIP S.A. ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾		250
Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI)		1.000
Total	1.270	1.250

(1) Em 28 de fevereiro de 2023, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$114. O aumento de capital ocorreu no segundo trimestre de 2023.

(2) Em 6 de julho de 2023, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$14.

(3) Em 3 de agosto de 2023, a CIP S.A. incorporou a totalidade de ações de emissão da CERTA, tornando-a sua subsidiária integral. Em 10 de agosto de 2023, o Banco Pine recebeu o montante de R\$190, referentes às ações preferenciais resgatadas, com prejuízo de R\$157 na incorporação e passou a possuir 7.392 ações da CIP S.A. Em 18 de dezembro de 2023, houve pagamento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$140. Em 31 de março de 2024, houve valorização das ações da CIP S.A., no montante de R\$20.

11. OUTROS ATIVOS
a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Imóveis	298.493	298.494	737.442	735.551
Provisão para perdas	(3.859)	(6.355)	(4.245)	(6.740)
Total	294.634	292.139	733.197	728.811
Não Circulante	294.634	292.139	733.197	728.811

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Prêmios pagos	42.184	40.152	65.045	55.543
Aluguéis ⁽¹⁾	9.042	9.296	9.042	9.296
Impostos	809	-	827	-
Outras ⁽²⁾	25.433	9.756	25.433	9.764
Total	77.468	59.204	100.347	74.603
Circulante	18.438	15.373	27.619	16.227
Não Circulante	59.030	43.831	72.728	58.376

(1) Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

(2) Em 31 de março de 2024, refere-se a custos para estruturação de Debêntures e Letras Financeiras Subordinadas.

12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado					
	31/12/2023	01/01 a 31/03/2024			31/03/2024	
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada Saldo contábil	
Imobilizados de Uso	6.968	-	(278)	24.021	(17.331)	6.690
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.968	-	(278)	24.021	(17.331)	6.690
Outros Imobilizados de Uso	1.743	-	(61)	6.139	(4.457)	1.682
Sistema de Segurança e Comunicação	1.743	-	(61)	3.861	(2.179)	1.682
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	2.278	(2.278)	-
Total	8.711	-	(339)	30.160	(21.788)	8.372

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos (Nota 13.a)	11.592.696	9.754.349	11.488.067	9.683.623
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	4.961.726	4.046.998	4.961.726	4.046.998
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	2.807.558	3.096.406	2.807.558	3.096.406
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	66.622	-	66.622	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(194.977)	(132.258)	(194.977)	(132.258)
Total ajustado ao valor justo	19.233.625	16.765.495	19.128.996	16.694.769
Circulante	10.468.527	8.181.631	10.458.584	8.173.880
Não Circulante	8.765.098	8.583.864	8.670.412	8.520.889

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xb).

a) Depósitos

Composição por Vencimento	31/03/2024					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	93.687	-	-	91.801	-	-
Até 30 dias	-	230.755	-	-	226.803	-
De 31 a 60 dias	-	195.201	-	-	195.000	-
De 61 a 90 dias	-	102.645	850.741	-	102.490	850.741
De 91 a 180 dias	-	929.051	-	-	928.806	-
De 181 a 360 dias	-	1.295.982	-	-	1.292.476	-
Acima de 360 dias	-	7.567.281	327.353	-	7.472.597	327.353
Total	93.687	10.320.915	1.178.094	91.801	10.218.172	1.178.094

Composição por Vencimento	31/12/2023					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	90.883	-	-	90.167	-	-
Até 30 dias	-	212.052	341	-	212.052	341
De 31 a 60 dias	-	103.347	-	-	103.347	-
De 61 a 90 dias	-	198.140	-	-	198.140	-
De 91 a 180 dias	-	514.743	339.579	-	510.183	339.579
De 181 a 360 dias	-	1.030.484	-	-	1.028.006	-
Acima de 360 dias	-	6.945.908	318.872	-	6.882.936	318.872
Total	90.883	9.004.674	658.792	90.167	8.934.664	658.792

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Carteira Própria		
NTN - notas do tesouro nacional	4.126.241	3.320.813
Debêntures	835.485	726.185
Total	4.961.726	4.046.998
Circulante	4.961.726	4.046.998

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado					
	31/03/2024					31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	266.589	511.135	406.280	-	1.184.004	1.459.154
Letras de crédito do agronegócio	478.146	370.808	27.589	-	876.543	909.917
Letras financeiras	-	127.049	437.879	181.814	746.742	726.894
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	267	-	2	-	269	441
Total ajustado ao valor justo	745.002	1.008.992	871.750	181.814	2.807.558	3.096.406

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xb).

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado					
	31/03/2024					31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	66.622	-	-	-	66.622	-
Total	66.622	-	-	-	66.622	-

14. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Individual e Consolidado					
	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	31/03/2024	31/12/2023
Letras Financeiras Subordinadas	51.398	9.941	64.833	393.190	519.362	345.294
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	-	-	(1.517)	(1.517)	2.879
Total ajustado ao valor justo	51.398	9.941	64.833	391.673	517.845	348.173

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xb).

Papéis	Individual e Consolidado					
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/03/2024
Letras Financeiras						
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 152%	28.706
	21.076	2019	2024 até 2026	CDI	140% a 150%	29.565
	1.500	2019	2025	IPCA+	10%	2.013
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.056
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	32.735
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 190%	32.098
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	83.497
	139.500	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	148.234
	157.900	2024	2031 até 2039	CDI	100% a 154%	159.941
Total	469.546					517.845

Papel	Valor					Individual e Consolidado	
	Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2023	
Letras Financeiras							
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 152%	27.611	
	21.076	2019	2024 até 2026	CDI	140 a 150%	28.641	
	1.500	2019	2025	IPCA+	10%	2.027	
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.019	
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.492	
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 187%	33.808	
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	80.592	
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	142.983	
Total	311.646					348.173	

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	-	-	670	709
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	8.740	8.593	8.740	8.593
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	4.117	4.026	4.117	4.026
Fianças Prestadas (Nota 21)	9.060	9.779	9.060	9.779
Total	21.917	22.398	22.587	23.107
Não Circulante	21.917	22.398	22.587	23.107

a) Ativos contingentes

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão	
	Individual		Individual		Consolidado		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	56.220	55.585	-	-	59.434	58.743	670	709
Contingências Trabalhistas	10.801	5.448	8.740	8.593	10.801	5.448	8.740	8.593
Contingências Cíveis ⁽¹⁾	40.121	35.424	4.117	4.026	40.121	35.424	4.117	4.026
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	9.060	9.779	-	-	9.060	9.779
Total	107.142	96.457	21.917	22.398	110.356	99.615	22.587	23.107

(1) Em 31 de março de 2024, refere-se à depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida. Atualmente, há ordem proveniente do Superior Tribunal de Justiça impedindo o levantamento do valor depositado na execução, até o julgamento definitivo da defesa apresentada no processo.

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medidas executivas, em relação às quais o Pine e a Pine Investimentos apresentaram defesas e aguardam decisões definitivas. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de março de 2024, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$54.217 no Individual e R\$54.573 no Consolidado (R\$53.600 no Individual e R\$53.951 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, em 31 de março de 2024, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$3.604 no Individual e no Consolidado (R\$3.604 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

c) Movimentação das provisões passivas

	31/03/2024				Individual			
	Fiscais e obrigações legais				Fiscais e obrigações legais			
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	
Saldo inicial	-	8.593	4.026	12.619	-	8.206	5.792	13.998
Constituição (reversão)	-	(104)	17	(87)	-	(576)	(1.166)	(1.742)
Atualização	-	251	74	325	-	963	(600)	363
Saldo final	-	8.740	4.117	12.857	-	8.593	4.026	12.619

	31/03/2024				Consolidado			
	Fiscais e obrigações legais				Fiscais e obrigações legais			
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	
Saldo inicial	709	8.593	4.026	13.328	-	8.206	5.792	13.998
Constituição (reversão)	(39)	(104)	17	(126)	709	(576)	(1.166)	(1.033)
Atualização	-	251	74	325	-	963	(600)	363
Saldo final	670	8.740	4.117	13.527	709	8.593	4.026	13.328

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	974	389	974	389
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	114.166	118.367	114.166	118.367
Cretores diversos - país e exterior	138.666	117.922	139.025	118.268
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	298.153	269.910	315.241	284.132
Negociação e intermediação de valores	19.753	16.895	19.753	16.895
Sociais e estatutárias	16.633	36.348	16.633	36.348
Outros	37.215	50.765	19.533	50.698
Obrigações por operações vinculadas a cessão - Operações de crédito ⁽¹⁾	766.375	748.380	-	-
Total	1.391.935	1.358.976	625.325	625.097
Circulante	1.091.886	1.084.608	377.577	343.837
Não Circulante	300.049	274.368	247.748	281.260

(1) A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Em 31 de março de 2024, o Banco Pine estruturou cessão e securitização com o mercado, cujo montante foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira.

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	712	492	746	508
Impostos e contribuições sobre salários	11.336	3.590	13.483	3.663
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	54	7.187	6.684
ISS	83	6.510	243	6.585
IRRF	715	783	715	783
PIS e Cofins a recolher	-	1.166	156	1.259
Provisão para Pis e Cofins	-	-	7.054	6.991
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	285.307	257.305	285.657	257.649
Outros	-	10	-	10
Total	298.153	269.910	315.241	284.132
Circulante	42.487	12.552	52.145	19.917
Não Circulante	255.666	257.358	263.096	264.215

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de março de 2024, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$896.738 (R\$852.335 em 31 de dezembro de 2022) e está dividido em 208.978.044 ações nominativas, sendo 105.407.754 ordinárias e 103.570.290 preferenciais (186.776.151 em 31 de dezembro de 2023) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacem em 26 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de outubro de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$566, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 94.258 ordinárias e 188.516 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023 ("Terceiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacem em 13 de novembro de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$102, mediante emissão de 50.844 novas ações nominativas, sendo 16.948 ordinárias e 33.896 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023 ("Segundo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacem em 24 de julho de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de abril de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2, mediante emissão de 1.326 novas ações nominativas, sendo 442 ordinárias e 884 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacem em 9 de maio de 2023.

b) Reservas de capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágio por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.615, à base de R\$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$42.752, à base de R\$0,2080922546, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.448, com base em Reservas Estatutárias, à base de R\$0,1006339271, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 10 de agosto de 2023.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no período findo em 31 de março de 2024 em R\$7.477 (R\$27.540 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

Descrição	Individual e Consolidado					
			31/03/2024		31/12/2023	
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	08/04/2024	18/04/2024	0,080050	16.615	0,068039	14.875
Total				16.615		14.875
Descrição	Individual e Consolidado					
			31/12/2023		31/12/2023	
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	21/12/2023	15/01/2024	0,208092	42.752	0,176878	36.339
Juros sobre o Capital Próprio	17/07/2023	10/08/2023	0,100634	18.448	0,085610	15.966
Total				61.200		52.305

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para o exercício findo em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	31/03/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	62.979	180.878
Reserva legal	-	(9.044)
Base de cálculo	62.979	171.834
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	16.615	61.200

(1) O montante de juros sobre o capital próprio distribuído em 31 de março de 2024, será imputado ao dividendo mínimo obrigatório relacionado ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2024. O valor é sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa, conforme descrito no Aviso aos Acionistas de 08 de abril de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de juros sobre o capital próprio distribuído, atingiu os 25% de mínimos obrigatórios e foram pagos em 08 de fevereiro de 2023. O valor é sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa, conforme descrito no Aviso aos Acionistas de 20 de janeiro de 2023.

e) Ações em tesouraria

Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 7.000.000 de ações de própria emissão de qualquer espécie, tanto ordinária quanto preferencial, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

No primeiro trimestre de 2023, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 4.000.000 de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Em março de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$7.323, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 28 de fevereiro de 2023 e 29 de fevereiro de 2024, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em maio de 2023, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$935, referente ao plano de remuneração baseada em ações, concedido em 28 de fevereiro de 2023, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Durante o período findo em 31 de março de 2024, o Banco pine recomprou 1.492.000 ações, no montante de R\$6.736, a um custo médio de R\$4,51.

Descrição	Individual e Consolidado		
	31/03/2024		
	Valor	Quantidade	Custo médio
Ações em tesouraria no início do período	6.844	3.533	-
Aquisições de ações	6.736	1.492	4,51
Liberações - Remuneração baseada em ações	(7.323)	(3.417)	2,14
Ações em tesouraria no final do período	6.257	1.608	

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Descrição	Individual e Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(5.408)	(9.937)
Títulos e valores mobiliários	(5.408)	(9.937)
Efeito Tributário	2.434	4.478
Outros	-	(17)
Empresas coligadas		
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(1.095)	(2.386)
Títulos e valores mobiliários	(1.095)	(2.386)
Efeito Tributário	372	812
Outros ⁽¹⁾	(815)	-
Total	(4.512)	(7.050)

(1) Em 31 de março de 2024, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

Descrição	Individual e Consolidado	
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2024	31/03/2023
Adiantamentos a depositantes	999	6.478
Rendas de empréstimos	289.028	211.514
Rendas de financiamentos	26.473	32.662
Total	316.500	250.654

b) Operações de captação no mercado

Descrição	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Despesas de depósitos interfinanceiros	19.643	8.327	19.643	8.327
Despesas de depósitos a prazo	208.889	219.673	206.800	219.347
Despesas de operações compromissadas	117.326	124.401	117.326	124.401
Despesas de operações com TVM no exterior	-	10	-	10
Despesas de contribuição ao FGC	3.391	2.815	3.391	2.815
Despesas com LCA	24.098	26.696	24.098	26.696
Despesas com LF	35.884	19.255	35.884	19.255
Despesas com LCI	35.349	13.687	35.349	13.687
Total	444.580	414.864	442.491	414.538

c) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	Individual e Consolidado	
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2024	31/03/2023
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	-	8
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	-	126
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	2.804	175
Total	2.804	309

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

Descrição	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Comissão de fiança	2.314	1.695	2.314	1.695
Comissão de intermediação	200	239	4.556	1.377
Rendas de cobrança	910	1.118	910	1.118
Rendas com tarifas	1.048	1.021	1.049	1.021
Outras ⁽¹⁾	219	325	1.224	2.302
Total	4.691	4.398	10.053	7.513

(1) Nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023, no consolidado, refere-se, principalmente, à receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Proventos	15.064	13.442	15.580	13.895
Benefícios	4.060	3.543	4.058	3.558
Encargos sociais	7.972	6.750	8.158	6.868
Honorários da diretoria	3.049	2.514	3.244	2.574
Estagiários	129	201	129	201
Total	30.274	26.450	31.169	27.096

f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Despesas de água, energia e gás	70	63	70	63
Despesas com aluguéis	2.127	1.756	2.127	1.769
Despesas de arrendamento de bens	148	151	148	151
Despesas de comunicações	1.764	1.689	1.764	1.689
Despesas de manutenção e conservação de bens	274	154	274	156
Despesas de material	96	19	96	21
Despesas de processamento de dados	7.820	5.546	7.820	5.548
Despesas de relações públicas	577	329	577	346
Despesas de seguros	120	1.895	130	1.906
Despesas com serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	13.638	11.960	13.639	11.961
Despesas com serviços de terceiros	3.227	646	3.392	814
Despesas com serviços de vigilância e segurança	634	636	634	636
Despesas com serviços técnicos especializados	3.441	3.160	3.481	3.187
Despesas de transporte	185	144	185	144
Despesas de viagens	168	138	168	138
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	993	795	4.027	795
Despesas de amortização e depreciação	1.403	516	1.403	516
Emolumentos judiciais e cartorários	101	78	101	78
Outras despesas administrativas	2.043	1.509	2.045	1.528
Total	38.829	31.184	42.081	31.446

(1) Nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023, refere-se, principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
ISS	343	599	577	695
Cofins	2.667	2.627	2.955	2.894
PIS	433	427	497	485
Outros ⁽¹⁾	106	1.266	106	1.673
Total	3.549	4.919	4.135	5.747

(1) No período findo em 31 de março de 2024, refere-se, substancialmente, a Despacho Decisório Indeferido.

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Recuperação de encargos e despesas	8.126	1.046	8.126	1.046
Atualização monetária ativa ⁽¹⁾	3.558	14.728	3.614	14.782
Atualização de créditos judiciais	5	29	5	29
Reversão provisão fiança	719	-	719	-
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	272	512	272	536
Outras rendas operacionais ⁽²⁾	5.431	15.078	5.326	15.014
Total	18.111	31.393	18.062	31.407

(1) Nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023, refere-se principalmente, à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar.

(2) No período findo em 31 de março de 2024, refere-se principalmente, à equalização dos valores a pagar de ILP, devidamente protegidos pela aquisição das ações. No período findo em 31 de março de 2023, refere-se principalmente, à reversão de impairment de títulos e valores mobiliários.

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	185	742	185	876
Provisão de fiança	-	201	-	201
Outras despesas operacionais	3.932	20.648	4.771	21.483
Total	4.117	21.591	4.956	22.560

j) Resultado não operacional

Nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Receitas não operacionais	5.233	11.338	9.267	16.494
Despesas não operacionais	(597)	(697)	(4.203)	(4.381)
Total	4.636	10.641	5.064	12.113

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Resultado antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	92.956	56.187	94.324	57.895
Lucro líquido antes da tributação	92.956	56.187	94.324	57.895
Alíquota vigente (Nota 3.s)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(41.830)	(25.284)	(42.446)	(26.053)
Diferenças permanentes	11.853	(316)	11.101	(1.255)
Juros sobre o capital próprio	7.477	-	7.477	-
Outros ajustes ⁽¹⁾	4.376	(316)	3.624	(1.255)
Imposto de renda e contribuição social	(29.977)	(25.600)	(31.345)	(27.308)

(1) No período findo em 31 de março de 2024, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 31 de março de 2024, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$8.284 (R\$4.109 em 31 de março de 2023) e a despesa no montante de R\$8.948 (R\$33 em 31 de março de 2023) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Remuneração fixa	3.049	2.514
Remuneração variável	8.284	4.109
Benefícios de curto prazo	3.976	1.886
Total	15.309	8.509

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
Administradores ⁽¹⁾			(7.760)	(20.007)	(136)	(97)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	-	(67)	-	-
Depósitos a prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(5.331)	(17.826)	(55)	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% a 105% CDI	08/07/2024	(60)	(58)	(2)	(31)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 102% CDI	01/03/2027	(713)	(463)	(16)	-
Recursos de letras financeiras	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(1.656)	(1.593)	(63)	(66)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			(16.646)	(16.009)	(369)	(203)
Operações de crédito	CDI + 4,00% a.a	09/07/2024	8.290	-	(66)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(12.954)	(5.026)	-	-
Depósitos a prazo	99% a 122% CDI	04/09/2028	(2.568)	(1.778)	(29)	265
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% a 105% CDI	08/07/2024	(11)	(32)	-	-
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 102% CDI	17/09/2026	(452)	(471)	(11)	(203)
Recursos de letras financeiras	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(8.951)	(8.702)	(263)	(265)

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
Empresas ligadas			(116.317)	(68.172)	(1.915)	(2.216)
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			2	3	6	12
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			3.320	25	59	8
Pine Corretora de Seguros Ltda.			11	-	26	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			8	2	15	5
Valores a Pagar						
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			(17.514)	-	-	-
Depósitos à vista						
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(1.131)	(10)	-	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda.		Sem vencimento	(203)	(203)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(350)	(421)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	(203)	(81)	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(4.262)	(4.265)	(110)	(56)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	24/11/2028	(11.023)	(8.912)	(236)	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99% CDI	-	-	-	-	(6)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	06/11/2028	(5.339)	(17.600)	(316)	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	03/11/2028	(5.606)	(5.234)	(140)	(2.025)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(8.517)	(10.325)	(261)	(18)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(65.500)	(21.151)	(958)	(136)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	112% CDI	11/01/2027	(10)	-	-	-
Empresas colgadas			(608)	1.211	(3.818)	-
Valores a Receber						
Amigoz Ltda.			1.597	534	-	-
Depósitos à vista						
Amigoz Ltda.		- Sem vencimento	-	(2)	-	-
BYX Capital Ltda.		- Sem vencimento	(3)	-	-	-
Depósitos a prazo						
BYX Capital Ltda.	102% CDI	11/03/2026	(5.184)	(6.139)	18	-
Instrumentos Financeiros Derivativos						
BYX Capital Ltda.			2.982	6.818	(3.836)	-

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	Ações				Total de Ações	31/03/2024
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)		Total de Ações (%)
Pessoa Física	104.562.142	99,20	33.167.266	32,02	137.729.408	65,91
Pessoa Jurídica	-	-	14.630.676	14,13	14.630.676	7,00
Conselho de Administração	-	-	118.405	0,11	118.405	0,06
Administradores	200	-	6.453.251	6,23	6.453.451	3,09
Total	104.562.342	99,20	54.369.598	52,49	158.931.940	76,06

Acionistas	Ações				Total de Ações	31/12/2023
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)		Total de Ações (%)
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.662.132	23,28	118.557.607	63,48
Pessoa Jurídica	-	-	13.215.548	14,89	13.215.548	7,08
Conselho de Administração	-	-	201.405	0,23	201.405	0,11
Administradores	-	-	3.285.245	3,70	3.285.245	1,76
Total	97.895.475	100,00	37.364.330	42,10	135.259.805	72,43

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN n° 4.512/16.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	31/03/2024		31/12/2023	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	297.648	385	317.256	1.101
Outras Fianças Bancárias	56.882	8.675	63.270	8.678
Total	354.530	9.060	380.526	9.779

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL**a) Introdução**

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;

- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em+A121 visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) Bacen, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Conforme Instrução N° 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de março de 2024:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		31/03/2024		
		Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(275.008)	(343.760)	(515.639)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	104.327	130.409	195.613
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(818)	(1.022)	(1.534)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	297	372	557
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(3.440)	(4.300)	(6.450)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(5.060)	(6.325)	(9.487)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(3.143)	(3.929)	(5.893)
Total (soma não correlacionada)*		(182.844)	(228.555)	(342.833)
Total (soma correlacionada)**		(179.701)	(224.627)	(336.940)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários			
Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de março de 2024 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).	Taxa Mercado	Nova Taxa Mercado
		(1 ano)	Choque
Curva			
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		9,84%	0,01%
Índice de Preços (IPCA)		3,09%	0,01%
Taxa Referencial (TR)		0,49%	0,01%
Taxa de Cupom de Dólar		6,33%	0,01%
Taxa de Cupom de Outras Moedas		5,36%	0,01%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		5,65%	0,01%
Cesta de Moedas		5,01	0,00%
Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:		
Curva			
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		9,84%	25%
Índice de Preços (IPCA)		3,09%	25%
Taxa Referencial (TR)		0,49%	25%
Taxa de Cupom de Dólar		6,33%	25%
Taxas de Cupom de Outras Moedas		5,36%	25%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		5,65%	25%
Cesta de Moedas		5,01	25%

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	9,84%	50%	14,76%
Índice de Preços (IPCA)	3,09%	50%	4,64%
Taxa Referencial (TR)	0,49%	50%	0,73%
Taxa de Cupom de Dólar	6,33%	50%	9,49%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	5,36%	50%	8,04%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	5,65%	50%	8,48%
Cesta de Moedas	5,01	50%	7,51

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PR SAC)

A PR SAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PR SAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados de 2018).

h) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 31 de março de 2024, foi de 13,70% (12,41% em 31 de dezembro de 2023), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

i) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de março de 2024, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/03/2024		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	26.709	847
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	27.472	705

Em 31 de março de 2024, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de março de 2024, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	73.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	18.634
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. Em 31 de março de 2024, o custo dos contratos de arrendamento foram reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica 'Despesas administrativas - arrendamento de bens', no montante de R\$148 (31 de março de 2023 - R\$151).

c) Valor justo de instrumentos financeiros

A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seus respectivos valores justos no final do período.

	31/03/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	639.667	639.667	580.232	580.232
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	11.123.697	10.826.324	10.463.219	10.179.835
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	10.358.254	8.532.069	4.163.889	6.483.721
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	694.062	884.626	801.445	948.285
Total de ativos financeiros	22.815.680	20.882.686	16.008.785	18.192.073
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	91.801	91.801	90.167	90.167
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	1.178.094	1.178.094	658.792	658.792
Depósitos a prazo ^(v)	9.351.202	10.218.172	8.829.619	8.931.343
Captação no mercado aberto ⁽ⁱⁱ⁾	4.961.726	4.961.726	4.046.998	4.046.998
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(v)	2.475.972	2.807.558	3.088.567	3.096.406
Obrigações por empréstimos e repasses ^(v)	66.575	66.622	-	-
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	2.179.275	2.179.275	2.199.505	2.199.505
Dívida subordinada ^(v)	510.912	517.845	340.049	348.173
Total de passivos financeiros	20.815.557	22.021.093	19.253.697	19.371.384

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
- iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

e) Covenants

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de março de 2024, o Pine não possuía empréstimos com covenants atrelados. Em 13 de dezembro de 2023, os empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses', que possuíam cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) atreladas a condições de performance foram liquidados.

f) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2024, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

g) Resultado recorrente e não recorrente

Em 31 de março de 2024 e 2023, não houve resultados não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

A DIRETORIA

CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9



CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
4º andar | São Paulo – Brasil